

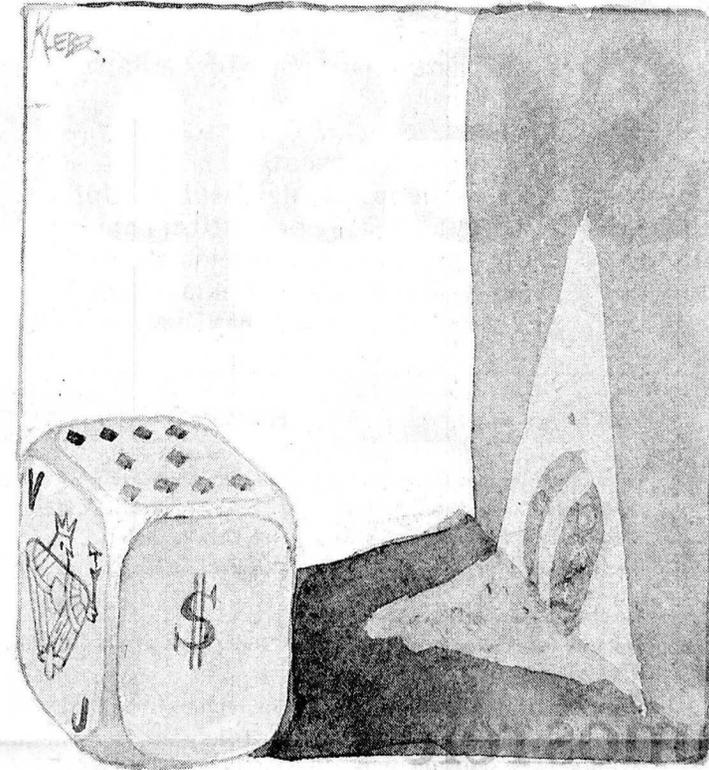
CONTRADIÇÃO SURPREENDENTE

Josaphat Marinho

Nesta coluna, há uma semana, salientamos a oportuna e justa manifestação de governantes americanos e europeus condenando o excesso de liberalismo econômico. Foi posta em relevo a palavra do presidente brasileiro pela forma incisiva com que reclamou nova postura do Estado. Parecia disposto a rever fraquezas e erros e dar impulso ao poder político, para corrigir desigualdades e injustiças sociais. Afigurava-se um espírito renovado, como que arrependido das concessões ao neoliberalismo e, em consequência, ao capitalismo privado.

Frustrou-se, porém, a expectativa. Apenas de volta ao país, o presidente reajustou-se ao regime de enfraquecimento do Estado. Foi logo assegurando "medidas para afastar as resistências políticas à privatização do setor elétrico e garantiu que o processo de desestatização não será interrompido". (*O Estado de S. Paulo*, 10/6). As providências anunciadas para permitir a participação do governo na gestão das empresas privatizadas é somente um consolo, que não elimina a preponderância do capital particular. Também não muda o perfil das empresas expostas à venda, como Furnas, a promessa de proporcionar aos seus trabalhadores a aquisição de parte das respectivas ações. A experiência, no mundo, mostra como é absorvente o capital privado, sobretudo sendo majoritário no comando das organizações.

Importante, nesse quadro, é a perda de força do Estado no pla-



no econômico. Ninguém quer conferir poder absoluto ao domínio estatal. Mas a feição da sociedade contemporânea, com seus desequilíbrios injustos, reflete as inconveniências do capitalismo. Com a ascensão recente do neoliberalismo, ainda bem que já em decadência, a situação tornou-se mais grave, de modo especial com o processo de globalização. Os próprios chefes de governo, reunidos na Alemanha, proclamaram ou reconheceram os maus efeitos desse processo. Insistir nas práticas liberais capitalistas, portanto, é servir ao regime de discriminação e privilégios.

Os jornais publicaram estudo da Fundação Getúlio Vargas condenando a forma de privatização, até agora adotada no país. *A Folha de S. Paulo* reproduziu trecho desse estudo, que, se reconhece a apropriação de recursos pelo governo em prazo curto, salienta que o sistema "vem sofrendo sério desgaste no que diz respeito à desnacionalização da economia, à não-preservação de grandes estruturas empresariais capazes de competir internacionalmente, à redução das dimensões do mercado de capitais brasileiros e até mesmo à menor arrecadação final para o Tesouro num horizonte de lon-

go prazo" (*FSP*, 10/6). A seriedade dessas observações demonstra que não basta o governo reservar-se alguma influência para modificar o quadro das privatizações.

O exemplo da privatização da Vale do Rio Doce e a quebra do monopólio estatal exercido pela Petrobras são provas evidentes dos desercos da orientação seguida. Se com a perda da primeira decaiu nosso poder de competição internacional, com o golpe sobre a segunda vemos o grande instrumento da economia nacional debilitar-se a cada dia. E, segundo denúncia recente da Associação de Engenheiros da Petrobras, ainda querem que a empresa divida com as organizações privadas seu poder de refino, que é de cerca de 98%. Ao mesmo tempo, vendem-se ações da Petrobras. Enquanto isso, informa a imprensa que, segundo levantamento de funcionários da Receita Federal, "na hora de gastar o salário, a camada mais pobre da sociedade paga, proporcionalmente, mais impostos que os mais ricos" (*FSP*, 9/6). Não obstante essa iniquidade, a reforma tributária se arrasta no Congresso Nacional. E o que é mais inquietante, "o rico ganha o mesmo que 50 pobres" (*FSP*, 29/4). Diante desses desajustamentos, a contradição no proceder do governo há de gerar irritação e protestos. O que ocorre não é só imprudência. É provocação.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia, e diretor da Faculdade de Direito da Upi